

Empoderamento Feminino



Comissão de
Defesa dos Direitos
da Mulher



CÂMARA DOS
DEPUTADOS

Para registro, feminismo, por definição, é a crença de que homens e mulheres devem ter oportunidades e direitos iguais. É a teoria da igualdade política, econômica e social entre os sexos.

(Emma Watson)

Empoderamento Feminino

Câmara dos Deputados
Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher

2016

CMulher 2016

Mesa



Presidente
Gorete Pereira - PR/CE



1º Vice-Presidente
Zenaide Maia - PR/RN



2º Vice-Presidente
Ana Perugini - PT/SP



3º Vice-Presidente
Lucas Vergilio - SD/GO

Titulares



Dâmina Pereira
PSL/MG



Elcione Barbalho
PMDB/PA



Flávia Morais
PDT/GO



Iracema Portella
PP/PI



Janete Capiberibe
PSB/AP



Jozi Araújo
PTN/AP



Keiko Ota
PSB/SP



Laura Carneiro
PMDB/RJ

Titulares



Maria do Rosário
PT/RS



Maria Helena
PSB/RR



Mariana Carvalho
PSDB/RO



Moema Gramacho
PT/BA



Prof. Dorinha
DEM/TO



Raquel Muniz
PSD/MG



Shéridan
PSDB/RR



Soraya Santos
PMDB/RJ

Suplentes



Benedita da Silva
PT/RJ



Conceição Sampaio
PP/AM



Creuza Pereira
PSB/PE



Diego Garcia
PHS/PR



Eliziane Gama
PPS/MA



Erika Kokay
PT/DF



Josi Nunes
PMDB/TO



Luizianne Lins
PT/CE

Suplentes



Magda Mofatto
PR/GO



Marcos Reategui
PSD/AP



Rosinha da Adefal
PTdoB/AL



Tia Eron
PRB/BA

Sumário

1 - Apresentação	13
2 - A luta é por igualdade, nada mais - Gorete Pereira	17
3 - Rio Grande do Norte é o estado com maior percentual de prefeitas do País - Zenaide Maia	19
4 - Empoderamento de mulheres e meninas - Ana Perugini	21
5 - A luta feminina - Dâmina Pereira	23
6 - Reflexões sobre a cultura do estupro no Brasil - Elcione Barbalho	25
7 - O empoderamento é uma necessidade... - Flávia Morais	28
8 - A violência contra a mulher e a cultura do estupro no Brasil - Iracema Portella	30
9 - Dor, resistência e cidadania - Janete Capiberibe	32
10 - Empoderamento da mulher, questão de justiça - Jozi Araújo	35
11 - Minhas queridas e poderosas mulheres do Brasil - Keiko Ota	37
12 - Não à cultura do estupro - Laura Carneiro	39
13 - Mais mulheres na política - Maria do Rosário	41

14 - Violência contra mulheres e meninas - Maria Helena	43
15 - Gênero nas escolas: por que debater? - Prof. Dorinha	45
16 - Sufragistas Modernas - Raquel Muniz	48
17 - Participação da Mulher na Política - Shéridan	50
18 - Precisamos de um Brasil com mais mulheres na política - Soraya Santos	52
19 - Lugar de mulher é na política - Benedita da Silva	57
20 - A experiência convence - Creuza Pereira	60
21 - Não, é não! - Erika Kokay	62
22 - O empoderamento das mulheres e a democracia - Luizianne Lins	64
23 - O empoderamento da mulher com deficiência - Rosinha da Adefal	66
24 - A banalização do mal, segunda parte! - Tia Eron	69

Apresentação


A Comissão Permanente de Defesa dos Direitos da Mulher (Cmulher) foi criada no final de abril de 2016 e desde então busca contribuir para a pauta feminina, seja na análise de projetos quanto no desenvolvimento de ações educacionais.

O colegiado, por meio de requerimento de sua presidente, resolveu produzir uma cartilha com uma coletânea de artigos e histórias inspiradoras, que serão reveladas nas próximas páginas

Neste material é possível encontrar artigos sobre a cultura do estupro, a participação política das mulheres, desigualdade de gênero entre outros pontos relevantes da pauta feminina, bem como, um pouco das histórias de vidas dessas mulheres que compõem a CMulher.

Boa leitura!

Gorete Pereira
Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher



Coletânea de artigos das
titulares da CMulher



A luta é por igualdade, nada mais

Gorete Pereira

O diálogo sobre a pauta feminina enfrenta a crença, construída ao longo dos séculos, de que a mulher é um ser inferior, acessório, cujo papel está claramente ligado aos serviços do lar. Toda e qualquer derivação deste protótipo exige luta para o reconhecimento e compartilhamento de espaço. Considerando o conceito geral exposto acima e a brevidade deste artigo, vamos dialogar considerando dois campos em paralelo: 1º - a Mulher no Mercado de Trabalho e 2º - a Mulher na Política.

Na esfera empresarial, observamos um cenário de desigualdade salarial de 30% entre homens e mulheres, a despeito das mulheres terem alcançado um grau de escolaridade mais elevado. Quando o assunto é mulheres em cargos de chefia, a situação é ainda mais constrangedora. Mais da metade das empresas no Brasil não possuem mulheres em cargos de liderança, o que coloca o país na 3º posição entre os que menos promovem funcionárias para posições mais altas, de acordo com a pesquisa *Women in Business 2015*, da Grant Thornton.

O mais grave é que a tendência atual demonstra queda e as pesquisas revelam que em 2012, 26% das empresas não tinham funcionárias em funções de comando. Em 2013, a proporção aumentou para 33% e em 2014, para 47%, demonstrando a necessidade de mudança e de políticas públicas para tratar do assunto. Neste contexto, voltamos para área em que as mulheres poderiam fazer transformações governamentais e estruturais, a política. O que temos? Desigualdade.

Em 1932, com a edição do Decreto 21.076, que instituiu o primeiro Código Eleitoral Brasileiro, as mulheres

Conquistaram o direito de votar e de serem votadas em âmbito nacional. Passados 84 anos, e com o crescimento populacional das mulheres, temos na Câmara Federal 51 deputadas (9,94% das 513 cadeiras) e no Senado 13 senadoras (16% das 81 cadeiras), sendo que 5 estados não contam com uma única representante do sexo feminino eleita. Precisamos reverter essa situação, ampliar o acesso das mulheres a política.

Para reforçar a luta pela igualdade, apoiamos e pedimos união de todos para aprovação da PEC 134/15, a proposta que estabelece cotas temporárias de 10%, 12% e 16% para mulheres no parlamento por três legislaturas. A intenção é chamar atenção do sexo feminino e garantir um mínimo de participação na política.

Enfim, podemos concluir que o trabalho em prol da luta feminina exige união, continuidade e apoio da sociedade brasileira. Esperamos que todos compreendam a importância de complementar esse mosaico em favor da igualdade de oportunidades, pois sem dúvida, juntos podemos mais.

Quem é Gorete?

Gorete Pereira, natural de Juazeiro do Norte, é a primeira presidente da Comissão Permanente de Defesa dos Direitos da Mulher. Ela conta que desde a infância foi estimulada pela mãe a resolver seus problemas, o que estimulou o seu processo de empoderamento. Após a conclusão da sua formatura em fisioterapia, passou a liderar processos em favor dos deficientes físicos do Ceará, sendo conduzida naturalmente para o processo político. Gorete foi vereadora de Fortaleza por dois mandatos e deputada estadual, por igual período. Sendo deputada na Câmara Federal desde 2003.



Rio Grande do Norte é o estado com maior percentual de prefeitas do País

Zenaide Maia

O nosso Rio Grande do Norte está no topo do ranking nacional de mulheres eleitas para o cargo de prefeita este ano. Teremos mais de 28% dos municípios administrados por mulheres. A região Nordeste, também, figura como a que mais elegeu mulheres para o executivo municipal. A média nacional ficou em ínfimos 11,6%.

O nosso estado e a nossa região fizeram jus ao espírito da Lei 13.272, de abril deste ano, que tornou 2016 como “o ano do empoderamento da mulher na política e no esporte”.

Infelizmente essa posição contrasta com uma média nacional de apenas 11% de mulheres prefeitas, um recuo de 5% em relação às eleições de 2012. Dos 5.506 municípios teremos apenas 637 administrados por mulheres. Em 2012 eram 664.

Isso já se refletia no índice de candidatas mulheres nas últimas eleições que também recuou de 32,7%, em 2012, para pouco mais de 30% este ano, o que demonstra que em geral os partidos se restringiram a um mero cumprimento do limite mínimo exigido na lei.

Nossa esperança é que o recuo na 'quantidade' possa ser compensado com avanços na 'qualidade', com uma participação mais efetiva de mulheres. Uma participação real - e não apenas figurativa - nos postos representativos e executivos das instâncias de poder em nosso país.

Quem é Zenaide?

Deputada federal pelo Partido da República - PR/RN, Zenaide Maia é médica, infectologista, e o seu primeiro cargo público de destaque foi, ainda no início da década de 90, quando foi nomeada Secretária de Saúde do município de São Gonçalo do Amarante. O trabalho mostrou resultado e Zenaide voltou a ser responsável pela secretaria, não demorando muito a entender que seu lugar era também na política e logo se candidatando a deputada federal.



Zenaide é natural de Brejo do Cruz, Paraíba.

Empoderamento de mulheres e meninas

Ana Perugini

O empoderamento feminino é um tema fundamental para garantir a igualdade, a liberdade e autonomia das mulheres. Refletindo sobre o assunto, imaginei inúmeras possibilidades de abordagem e decidi destacar três aspectos.

O primeiro diz respeito ao conceito do termo, que, aplicado à realidade das mulheres, tem o sentido amplo de autoafirmação e controle sobre a condução de sua vida, de suas opiniões, escolhas e desejos. Esse empoderamento depende do engajamento individual das mulheres e de uma conscientização coletiva.

O segundo aspecto é sua necessidade. Empoderar as mulheres é preciso porque ainda vivemos em uma sociedade marcada pelo patriarcalismo, que discrimina e inferioriza as mulheres. Além das formas de dominação e controle tradicionais, que determinam o espaço e o papel das mulheres nas famílias, na sociedade e na política, a misoginia e as distintas formas de violência contra as mulheres também são fatores impeditivos à sua autonomia e desenvolvimento.

É essa cultura machista que o projeto de lei “Escola sem Partido” quer perpetuar no nosso país. O texto, que tramita na Câmara dos Deputados e no Senado, dissemina concepções e práticas preconceituosas, discriminatórias e excludentes no ambiente escolar, que vão na contramão do debate e da formação do pensamento livre, crítico, libertador e transformador defendido pelo saudoso educador Paulo Freire.

A célebre frase de Simone de Beauvoir: “não se nasce mulher,

torna-se”, achacada pelos defensores da lei da mordça, desvela que os papéis de gênero, tanto feminino quanto masculino, são socialmente construídos e, portanto, passíveis de mudança. Mas para que a mudança ocorra, é preciso promovê-la. Como último aspecto, portanto, gostaria de afirmar que não há como promover o empoderamento das mulheres e meninas negando a existência da desigualdade entre homens e mulheres e a necessidade de combatê-la. Vamos debater!

Quem é Ana Perugini?

Nascida em Cariacica, no Espírito Santo, Ana Perugini é deputada federal pelo PT de São Paulo. Foi vereadora em Hortolândia, cidade onde vive, de 2005 a 2006, e deputada estadual por dois mandatos (2007-2010 e 2011-2014). É advogada e pós-graduada em Gestão e Políticas Públicas. Em seu primeiro mandato na Câmara dos Deputados, Ana integra as Comissões de Educação, de Constituição e Justiça e de Cidadania, de Licitações, de Combate à Violência contra a Mulher e de Defesa dos Direitos da Mulher, da qual é 2ª vice-presidenta.



Ana Perugini é coordenadora-geral da Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Direitos Humanos das Mulheres e responsável pelas Frentes Pparlamentares em Defesa da Implantação do Plano Nacional de Educação (PNE) e de Promoção e Defesa da Criança e do Adolescente, no Estado de São Paulo.

A luta feminina

Dâmina Pereira

A criação da Comissão dos Direitos da Mulher foi um importante ganho para a Câmara dos Deputados. Já se havia cogitado, em anos anteriores, a concepção de uma área temática que abarcasse os temas relativos às mulheres, que precisam ser debatidos nas suas particularidades.

A violência doméstica e familiar e o feminicídio, que ceifam a vida de 1 mulher a cada 1 hora e meia no país, precisam de atenção especial das autoridades responsáveis pela proteção das mulheres e repressão de agressores e criminosos. É na defesa de avanços nessa área que pauto meu mandato e minha atuação como membro da Comissão e como Coordenadora dos Direitos da Mulher.

Não podemos fechar os olhos para as causas que levam as mulheres a permanecerem no ciclo de violência, dos quais cito a escassez de oportunidades, de formação e de atenção especial àquelas que vivem em inúmeros municípios brasileiros, especialmente do interior e que nasceram em um contexto de protagonismo estritamente masculino.

Por aí perpassa a discussão importantíssima acerca do empoderamento feminino. Empoderamento representado por uma igualdade salarial entre os sexos e pela inibição de atos de assédio, opressão e patriarcalismo que impedem a mulher de prosperar junto às empresas e à vida pública.

Há ainda que apurarmos nosso olhar para o tráfico de mulheres e os mais de 50 mil casos de estupro anuais ocorridos no Brasil, sem levar em conta aqueles não notificados às autoridades, que se estima chegarem ao patamar de 500 mil casos ao ano.

Lutar pelo fim da violência contra a mulher, pela equidade de direitos, oportunidades e ganhos entre os sexos e pelo empoderamento feminino, que culmina na inclusão da mulher na política, é nossa atuação constante e necessária para reduzir as desigualdades que ainda perduram no seio da sociedade brasileira.

Quem é Dâmina Pereira?

Tudo começou com o trabalho como secretária social voluntária da Prefeitura de Lavras. Nessa época, todo o salário que recebia era doado para instituições de Lavras. A experiência na gestão pública e o incentivo do seu marido, ex-prefeito de Lavras, a direcionou para o papel político.



Dâmina Pereira virou nome forte na política regional durante os 45 dias de campanha e se tornou a primeira mulher eleita deputada federal de Lavras. Já no seu primeiro ano de mandato, foi eleita coordenadora da Secretaria da Mulher na Câmara Federal.

Entre os diversos projetos de lei dos quais Dâmina foi relatora estão alguns que visam os direitos das mulheres, como a proposta que pune quem constrange ou dificulta o aleitamento materno em locais públicos e um projeto de lei para punir com maior rigor o estupro coletivo.

A trajetória de Dâmina é mais um exemplo de que a mulher tem toda a capacidade de exercer qualquer profissão, de estar em qualquer cargo político, sem deixar de ser esposa, mãe e avó.

Reflexões sobre a cultura do estupro no Brasil

Elcione Barbalho

Em julho de 2013, na gestão do Presidente Henrique Eduardo Alves, aprovamos a criação da Secretaria da Mulher. Esse ano, conseguimos avançar ainda mais com a nova Comissão da Mulher, criada por projeto de minha autoria para ser um foro legítimo, específico e permanente em defesa dos nossos direitos e garantias.

Quando penso nas mulheres, milhares de vítimas da violência, de feminicídios e de estupros, também lembro dos criminosos: engenheiros, médicos, professores, maridos, namorados, pais, homens que impõem à mulher a mais penosa de todas as dores. É “como estar viva, mas ter morrido”, definiu com precisão uma vítima...

Me solidarizo em sua dor que se perpetua com as perguntas mais absurdas formuladas desde a delegacia até o possível arquivamento do processo judicial. Um périplo terrível, uma segunda violência, em que a mulher é obrigada a “ter que provar”, a todo tempo, que é ela a vítima e não o contrário. São questionamentos como: Era virgem? Houve qualquer causa que tivesse impossibilitado a vítima de resistir? Tinha algum relacionamento com o agressor?

A então intitulada cultura do estupro, ao meu ver, não é cultura, é crime hediondo e sem punição motivado pelo criminoso, machista e imoral pensamento de que a mulher deve ser “corrigida”, ou empossada pelo seu “senhor”. Uma roupa, um gesto, um comportamento, seriam indicativos de que a mulher quer ser estuprada? Me pergunto como é possível combater isso...

Sim, precisamos de leis mais rigorosas, essa é uma luta do parlamento brasileiro, mas enquanto não entrarmos nas escolas, nos lares, enquanto não atuarmos na formação das pessoas, a apologia, e não cultura ao estupro, continuará a encontrar conivência entre as instâncias que deveria proteger nossas mulheres. Sendo assim, todo e qualquer foro capaz de ecoar sofrimento e a luta das mulheres brasileiras, é urgente, justo e mais do que necessário. Que todas elas encontrem respaldo, punição e ressonância, em nossa Comissão!

Quem é Elcione Barbalho?

Elcione Therezinha Zahluth Barbalho
É formada em Pedagogia (1968), com especialização em Administração Escolar (1971) pela Universidade Federal do Pará (UFPa).



Desde 1981, é filiada ao PMDB, partido pelo qual sempre foi militante.

Foi primeira-dama do Estado do Pará nos períodos de 1983-1987 e 1991-1994. Nesta ocasião, desenvolveu um dos maiores projetos sociais que o Pará já teve notícia: a Ação Social. Mesmo sem dotação orçamentária, a Ação Social conseguiu realizar ações de promoção humana em situações de pobreza extrema, com atendimento às situações emergenciais sem perder o foco na geração de emprego e renda. Implantou e dirigiu a Feira dos Municípios do Estado do Pará (1983-1987 e 1991-1994), um dos maiores eventos já registrados no calendário festivo do Estado, possibilitando a integração e divulgação das diversas regiões paraenses, bem como a geração de renda para os projetos sociais.

Em 1994, concorreu ao seu primeiro cargo eletivo e foi eleita a deputada federal mais votada do Brasil, em votos proporcionais, com 153.860 votos. Hoje, Elcione está no quinto mandato como deputada federal (1995-1999, 1999-2003, 2007-2011, 2011-2015, 2015-2019). Em 2005, foi a vereadora mais votada de Belém (2006-2007).

Na Câmara dos Deputados, atuou junto às Comissões da Amazônia e de Seguridade Social e Família, bem como na defesa dos direitos da Mulher e da Criança e do Adolescente. Foi vice-presidente de uma das mais importantes Comissões Parlamentares de Inquérito (CPI) da história do parlamento brasileiro, a CPI do Narcotráfico. Em 2009, foi a única mulher da delegação brasileira, convidada pelo governo Norte Americano, a participar, como observadora internacional, do pleito que elegeu o presidente Barack Obama. Foi vice-líder do Bloco PMDB, PTB, PSC, PTC (2007-2009; 2016-2017); foi presidente da Comissão de Seguridade Social e Família, uma das mais importantes Comissões Temáticas da Câmara (2009); é membro efetiva da Comissão Mista Permanente de Combate a Violência contra a Mulher do Congresso Nacional.

Atualmente, é presidente de honra do PMDB-Mulher Nacional, presidente do PMDB-Mulher do Pará e Procuradora da Mulher da Câmara dos Deputados (2013-2015; 2015-2017), espaço em que alcançou várias conquistas nacionais, como a instalação da Comissão Mista Permanente de Combate à Violência contra a Mulher; parceiras com o Banco Mundial, ONU-Mulheres e Procuradoria da Mulher do Senado, que culminaram em ações de combate à violência e de valorização profissional feminina. Também como Procuradora da Mulher representou o parlamento brasileiro internacionalmente, durante as Sessões de Comissão sobre a Situação da Mulher promovidas pela Organização das Nações Unidas (ONU), em Nova Iorque (EUA). Elcione Barbalho foi ainda autora do PRC 08/2007, que criou no âmbito da Câmara dos Deputados a Comissão Permanente de Defesa dos Direitos da Mulher e da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa.

O empoderamento é uma necessidade...

Flávia Morais

As mulheres e as meninas do Brasil, em que pese os inúmeros avanços sociais que conseguimos, ainda são submetidas, cotidianamente, a todas as formas de violência doméstica: física, psicológica, sexual, patrimonial e moral. Nossa sociedade, infelizmente, ainda é fortemente marcada pelo machismo arraigado em nossas bases culturais.

O Brasil amarga “atualmente” a quinta posição de país mais violento do mundo. Felizmente, nossa legislação avançou e conta com a Lei Maria da Penha, considerada pela ONU a terceira melhor lei do mundo no combate a violência contra mulher. Em agosto a Lei completou 10 anos. Uma política de enfrentamento da violência de gênero tem que atuar em várias frentes, ou não alcançará seu objetivo. Precisamos punir duramente os agressores.

Apesar das mulheres representarem a maioria da população brasileira (52%), elas sofrem com a baixa representatividade nas instâncias políticas, basta analisarmos alguns dados, observando-se que a participação das mulheres na Câmara dos Deputados é de 10% e, no Senado de 16%, nas Assembleias Estaduais 11% e nas Câmaras Municipais 13%. Além disso, o número de governadoras de estado também ainda é muito pequeno. Um estudo da União Interparlamentar, ligada à Organização das Nações Unidas (ONU), colocou o Brasil em 120º lugar em um ranking da proporção de mulheres nos parlamentos, o que significa estar atrás de países islâmicos como Paquistão, Sudão e Emirados Árabes Unidos.

Diante do exposto, podemos constatar que não basta falarmos sobre as mulheres, precisamos falar sobre uma nova relação que seja mais horizontal e igualitária entre os gêneros, só assim conseguiremos avançar.

Não podemos esquecer que a violência é indissociável do modo como se dão as relações de poder. A harmonia substituirá a violência quando os gêneros forem vistos como iguais em direitos, deveres e potencialidades. O empoderamento feminino é a realização desse ideal de igualdade e harmonia. Amor e respeito devem caminhar juntos!

Quem é Flávia Morais?

Flávia Morais é mineira, professora. Sua trajetória política começou como secretária municipal de assistência social de Santa Bárbara. O trabalho na gestão pública cresceu e logo foi eleita por dois mandatos consecutivos como Deputada Estadual.



Em 2007 retomou o trabalho no Poder Executivo, assumindo a Secretaria Estadual de Cidadania e Trabalho de Goiás. Já em 2011 tornou-se deputada federal.

A violência contra a mulher e a cultura do estupro no Brasil

Iracema Portella

A violência contra a mulher é um dos maiores problemas sociais do Brasil. Nos últimos meses, casos de estupro coletivo chocaram o País e provocaram uma ampla mobilização da sociedade pela punição exemplar dos agressores.

Infelizmente, crimes bárbaros, como os cometidos contra adolescentes do Rio de Janeiro e do Piauí, têm se tornado cada vez mais frequentes. Vivemos dias de recrudescimento da violência de gênero. Isso é muito preocupante.

No Brasil, uma mulher é estuprada a cada 11 minutos. Segundo os especialistas, esse número pode ser até dez vezes maior. Apenas 10% dos casos chegam ao conhecimento da polícia. As mulheres têm medo e se sentem constrangidas em denunciar. Sabem que terão de passar por autoridades despreparadas para lidar com a complexidade dessas situações.

Estamos diante de um desafio ainda maior na batalha pelos direitos femininos, principalmente porque a cultura do estupro ainda está arraigada na nossa sociedade. Um em cada três brasileiros acredita que a mulher é culpada pelo estupro, revelou uma pesquisa recente do Datafolha.

Um dos pontos fundamentais é melhorar a rede de atendimento às vítimas. É essencial investir na capacitação dos profissionais que atuam nesses serviços e elaborar protocolos especiais de atendimento, capazes de acolher as mulheres, respeitá-las e protegê-las.

Nossa missão também é intensificar as estratégias de conscientização da sociedade sobre a importância de desmontar a cultura do machismo e do estupro. Uma visão que acha que a mulher e o seu corpo devem estar à disposição do homem. As ações devem começar cedo, nas escolas. É preciso envolver a população na luta contra a violência e em favor de valores como o respeito, a diversidade, a tolerância, a paz e a equidade de gênero.

Quem é Iracema Portella?

Iracema Portella é a terceira mulher piauiense a ocupar uma cadeira na Câmara Federal. Reelegeu-se deputada federal pelo Partido Progressista (PP) para o segundo mandato, em 2014, com expressivos 121.121 votos. Foi a terceira mais votada do Estado.



Nasceu no dia 23 de abril de 1966, em Teresina, no Piauí. É filha do ex-governador e ex-senador Lucídio Portella e da ex-deputada Myriam Nogueira, que participou da Assembleia Nacional Constituinte de 1987/1988. Formou-se em Letras, na Universidade Estadual do Piauí (UESPI). Ela é casada com o senador Ciro Nogueira e tem três filhas.

A deputada sempre foi uma aguerrida defensora dos direitos das mulheres, lutando para que elas ocupem cada vez mais espaços na sociedade e na política. Iracema acredita que o Brasil só tem a ganhar com o aumento da participação feminina na vida pública. Em sua opinião, oferecer igualdade de oportunidades para homens e mulheres fortalece a democracia, as instituições e o desenvolvimento do País.

Dor, resistência e cidadania

Janete Capiberibe

Em 28 de agosto de 2007, numa manifestação no Salão Verde da Câmara dos Deputados, as mulheres vítimas de acidentes com escarpelamento na Amazônia mostraram-se ao mundo. Elas queriam aprovar o projeto que eu apresentara a seu pedido e que se tornou a Lei nº 11.970/2009. Empoderadas, criaram a Associação das Mulheres Vítimas de Escarpelamento para cobrar do poder público políticas de reparação e inclusão. Cidadãs, nunca mais ficaram invisíveis. Avivaram a solidariedade por todo o País e América Latina.

O escarpelamento acontece quando o cabelo enrosca no volante ou no eixo dos motores estacionários adaptados aos barcos, arrancando parte ou todo o couro cabeludo, podendo mutilar e deformar orelhas e pálpebras. A maior incidência é na foz do Rio Amazonas. Crianças, adolescentes e jovens do sexo feminino são a maioria das vítimas, quando escorregam, retiram a água do assoalho dos barcos ou apanham algum objeto caído.

Em vigor desde 6 de julho de 2009, a Lei desencadeou campanhas de prevenção realizadas pelas próprias mulheres, junto com a Marinha do Brasil e apoio do meu mandato parlamentar, e reduziu em 75% esse tipo de acidente. A Marinha aumentou a fiscalização e instalou mais de três mil coberturas de eixos e volantes em barcos na foz do Rio Amazonas. O acidente passou a ser registrado pelo SUS. Camponesas e outras mulheres e homens doaram cabelos para confecção de perucas pela Associação às acidentadas.

No Amapá, 64 mulheres passaram por 3 etapas de cirurgias

plásticas reparadoras, em 2012, em mutirões da Sociedade Brasileira de Cirurgia Plástica e da Defensoria Pública da União, organizados pelo Governo do PSB, que pagou todos os custos. Foram incluídas no programa de renda mínima estadual durante o tratamento, até conseguirem uma renda própria.

A ação política não para. O Projeto de Lei nº 3397/2012, aprovado na Comissão de Seguridade Social e Família e em análise na de Finanças e Tributação da Câmara, determina que o SUS pague todos os custos das cirurgias reparadoras às vítimas.

Quem é Janete Capiberibe?

Janete Capiberibe exerce o quarto mandato de deputada federal pelo Amapá. É autora da Lei nº 11.970/2009 e da Lei nº 12.892/2013, que declara Chico Mendes patrono do Meio Ambiente brasileiro; e do projeto que cria o Fundo Nacional da Educação Infantil para o financiamento público da educação em creches às crianças de zero a três anos, incluído no FUNDEB.



Iniciou sua militância política em 1966, aos 17 anos, no Movimento Estudantil Secundarista no Amapá e no Partido Comunista. Integrou a ALN. Perseguida pela ditadura civil-militar, foi para o exílio em 1971 e só voltou ao Brasil em 1979, com a aprovação da Lei da Anistia.

Em 1988, foi eleita vereadora de Macapá, pelo Partido Socialista Brasileiro. Eleita deputada estadual Constituinte em 1990, foi reeleita em 1994 e 1998, sempre pelo PSB.

É autora da pioneira Lei da Biodiversidade do Amapá. Em 2000, licenciada da Assembleia Legislativa, assume a Secretaria da Indústria, Comércio, Mineração e Ecoturismo amapaense. Em 2002 é eleita deputada federal mais votada do estado e, proporcionalmente, do País, e reeleita em 2006, 2010 e 2014.

Empoderamento da mulher, questão de justiça

Jozi Araújo

Um passo fundamental na luta pela igualdade de gênero foi dado em 18 de abril deste ano, quando foi sancionada a Lei nº 13.272/2016, que instituiu 2016 como o Ano do Empoderamento da Mulher na Política e no Esporte. A lei, originária de um projeto aprovado no Congresso, surgiu para contribuir com o esforço por melhores oportunidades às mulheres, especialmente na área política, que ainda se mostra muito fechada para o protagonismo feminino.

A Lei nº 13.272 foi elaborada em sintonia com uma campanha mundial desenvolvida pela ONU para empoderar mulheres e promover a equidade de gênero em todas as atividades da sociedade, buscando conscientizar todos os países para a importância de também impulsionar e fortalecer suas economias a partir do trabalho, com garantias, das mulheres.

Infelizmente, mesmo sendo 2016 o ano do Empoderamento da Mulher, não conseguimos, vencer as dificuldades e os obstáculos para a inserção feminina na política. Nestas eleições, apesar de as mulheres serem a maioria dos eleitores, as candidaturas femininas não obtiveram êxito na mesma proporção de sua grandeza numérica, pois somente 14,85% dos votos se destinaram às mulheres que disputaram cadeiras para câmaras de vereadores.

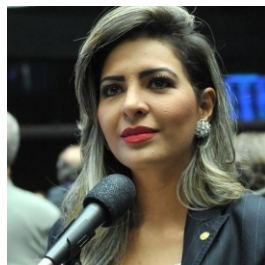
Tivemos muitos avanços na luta pelas causas da mulher, e estes devem-se a nossa perseverança em buscar o reconhecimento de nosso valor. Mas ainda temos muito a conquistar. Nós, mulheres, podemos mais, queremos mais, e não estamos pedindo privilégios. Não queremos ser apenas coadjuvantes no processo de desenvolvimento e evolução da nossa sociedade.

Queremos e seremos protagonistas na busca pela melhoria da qualidade de vida do nosso povo.

Quem é Jozi Araújo?

Jozi Araújo é natural de Itaituba (Pará). Este é seu primeiro mandato em cargo do poder legislativo. Na Câmara Federal atua como procuradora parlamentar e representa o estado do Amapá pelo PTN.

Na linha empresarial foi eleita presidente da Federação das Indústrias do Estado do Amapá (Fieap) e do Sindicato das Indústrias de Joalheria, Ourivesaria e Minerais Sólidos e Não Sólidos do Estado do Amapá (Sinjap).



Minhas queridas e poderosas mulheres do Brasil

Keiko Ota

São muitas lutas que ainda precisamos vencer. Mas, quando olho para trás e vejo nosso engatinhar para ter voz numa área que era formada basicamente por homens, sinto muito orgulho.

Por isso é tão importante mais mulheres vivenciarem a política. Precisamos e devemos compor a Casa legislativa, seja do município ou do estado. Temos que levar nosso conhecimento, nossa sabedoria para ajudar a reerguer o país e principalmente, levar nosso jeito feminino de fazer política. Pois assim teremos, cada vez mais, a possibilidade de atuar de forma articulada na fiscalização dos programas voltados para a mulher.

De participar mais ativamente da formação das políticas públicas e acompanhar a tramitação de projetos de lei com impacto nos direitos humanos, principalmente, das mulheres.

Acredito na nossa força e determinação para sermos reconhecidas por nossa capacidade, nosso conhecimento e nossa qualificação. Somos trabalhadoras, mães, atletas, formadoras de opinião e temos o direito de escolher o que nos faz completas.

Não precisamos medir forças com os homens, e sim, devemos nos unir, como exemplo, para que essa nova geração aprenda a respeitar a mulher, a se respeitar, e principalmente, que defenda os direitos humanos.

Além de lutar contra o fim da impunidade e pelo combate a violência, devemos nos unir, cada vez mais para que leis mais duras deem um basta às atrocidades que acontecem contra a mulher.

Por isso estou aqui, para somar as outras parlamentares desta Casa, pelos direitos das mulheres.

Quem é Keiko Ota?

Iolanda Keiko Miashiro Ota exerce seu segundo mandato de deputada federal. É vice-presidente da Comissão Mista de Combate à Violência contra a Mulher e 2ª procuradora adjunta da Procuradoria da Mulher.



Participou ativamente na aprovação da Lei do Femicídio (assassinato de mulheres por questões de gênero). A proposta original foi resultado da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Violência contra a Mulher, na qual Keiko Ota ocupou a Vice-Presidência.

Autora do Projeto de Lei nº 2839/2016, sancionado pela Presidência da República, que garante prioridade de tramitação, em todas as instâncias, a processos que apurem a prática de crime hediondo.

Incentiva o desenvolvimento da cultura da paz, como forma de resgatar o papel da família e da escola enquanto pólos irradiadores de valores associados à cidadania, à solidariedade e à fraternidade.

Não à cultura do estupro

Laura Carneiro

O empoderamento feminino ainda é um desafio enorme no mundo e no Brasil. No Congresso Nacional, hoje, um dos assuntos que mais nos preocupa na esfera dos direitos das mulheres é a cultura do estupro. Um crime tenebroso que, por medo ou vergonha de passar por novas humilhações, a maioria das pessoas não denuncia.

Este ano, apresentei o Projeto de Lei nº 6.232, que determina aos serviços de saúde a obrigatoriedade de comunicação ao Ministério Público e à autoridade policial de casos suspeitos ou confirmados de violência contra a mulher.

Na Subcomissão Permanente de Combate ao Estupro, vinculada à Comissão de Combate à Violência Contra a Mulher, acompanhamos os horrendos crimes de estupro coletivo no Rio de Janeiro e em outras cidades brasileiras, apoiando as vítimas e aperfeiçoando a Legislação, que deve ser muitíssimo mais acolhedora com as mulheres que sofrem violência e muito mais dura com os agressores. Em 2016, também apresentei o Projeto de Lei nº 5.724, que aumenta o prazo para progressão de regime aos condenados por crime de estupro e por estupro de vulnerável.

Estamos avançando, mas ainda há muito trabalho pela frente. As estatísticas no cenário internacional e no País são vergonhosas e não são exatas. De acordo com a Anistia Internacional, há violência sexual contra a mulher em todos os países. Só que, segundo a Organização das Nações Unidas, apenas um em cada dez casos é registrado. Atualmente, denuncia-se mais no Brasil: em 2014, o número de relatos subiu 44,74% em comparação a 2013.

Porém, esse é um índice tímido. Tanto que apresentei proposta (PL nº 4.326/16) para que o Disque 180, exclusivo para a comunicação de ocorrência de violência contra a mulher em qualquer cidade brasileira, seja mais amplamente divulgado pelo poder público em ambientes de grande circulação de pessoas.

O estupro tem que ser desaculturado. E o nosso compromisso é contribuir com a formação de uma nova cultura nas atividades e nas relações sociais, econômicas, políticas e humanas: a de valorização das qualidades do ser independentemente de seu gênero.

Quem é Laura Carneiro?

A Deputada Laura Carneiro formou-se em Direito pela UERJ aos 22 anos e iniciou sua trajetória política como assessora de Ulysses Guimarães. Em 1989, com apenas 25 anos, assumiu o primeiro de três mandatos como vereadora na Cidade do Rio de Janeiro. Foi Secretária Municipal de Desenvolvimento Social antes dos 30 anos.



Agora é deputada federal pela quarta vez e sua contribuição ao Brasil é enorme para crianças, jovens, idosos, mulheres: são quase mil projetos de lei e outras proposições. Também foi vice-líder e líder partidária. E integra o grupo brasileiro do Parlatino (Parlamento Latino-Americano), organização que reúne Parlamentos Nacionais da América Latina que são eleitos democraticamente por voto popular, e da qual já foi vice-presidente.

Mais mulheres na política

Maria do Rosário

Durante quase toda história fomos impedidas de participar da política, do mundo do trabalho e da sociedade como um todo, em condições de igualdade. Aos poucos, por meio de uma luta generosa e emancipadora, começamos a alterar este quadro, a conquistar direitos que precisamos conhecer para exigir que sejam assegurados.

O enfrentamento à violência contra as mulheres ganhou força com a aprovação da Lei Maria da Penha que penaliza a agressão física, psicológica, sexual e patrimonial em contexto doméstico e da Lei do Feminicídio, que transformou em crime hediondo homicídios praticados por razões de gênero.

Fui relatora da CPMI da exploração sexual de crianças e adolescentes que indiciou 241 pessoas, e propôs a Lei nº 12.015/2009, que passou a considerar o estupro como crime contra a dignidade sexual, e a abarcar outras formas de violência sexual, para além do atrasado conceito de conjunção carnal.

Durante o debate na CCJ sobre o PL nº. 5069/2013, que prevê que a vítima faça boletim de ocorrência e exame de corpo de delito antes de ser atendida em uma unidade de saúde, lutamos para que outra conquista fundamental para o respeito à dignidade das vítimas de violência sexual, a Lei nº. 7.958/2013, que estabelece diretrizes para o atendimento a essas mulheres por profissionais da segurança pública e do SUS, não retroagisse, e para que o duro processo da denúncia não fosse ainda mais dificultado e a impunidade saísse vitoriosa.

A elaboração de leis e políticas públicas que assegurem os direitos das mulheres está diretamente relacionada à nossa presença nos espaços de poder. Em um parlamento com menos de 10% de mulheres é mais difícil que nossas pautas sejam priorizadas, por isso é importante que conheçamos os avanços, mas também lutemos contra os retrocessos por meio da organização e participação das mulheres na política. As mulheres podem!

Quem é Maria do Rosário?

Nascida em Veranópolis (RS), Maria do Rosário Nunes é Deputada Federal pelo Rio Grande do Sul, e ex-ministra da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Pedagoga formada pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), é mestre em Educação e Violência Infantil e doutoranda em Ciência Política pela mesma universidade.



Começou a militância no movimento estudantil secundarista, em Porto Alegre (RS), e foi professora da rede pública municipal e estadual. Eleita vereadora da capital gaúcha por dois mandatos, Rosário presidiu as Comissões de Educação e de Direitos Humanos. Está em seu quarto mandato de Deputada Federal.

Violência contra mulheres e meninas

Maria Helena

Violência contra mulheres e meninas é tema de amplitude mundial. Assim é que a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, adotada pela Resolução nº 34/180, de 1979, da Assembleia Geral das Nações Unidas e internalizada em nosso ordenamento jurídico por meio do Decreto nº 89.460, de 1984, representa um marco na tentativa planetária de erradicar esse mal que nos assola.

Impressiona, infelizmente, que ainda tenhamos, mundo afora, passadas quase quatro décadas desse importante marco internacional, a ocorrência de fatos como o sequestro indiscriminado de meninas por grupos terroristas; a existência de autorização legal em países diversos para maridos baterem em suas mulheres como forma de retaliação a comportamentos considerados inadequados; a mutilação de órgãos sexuais femininos por motivos religiosos ou culturais, entre outros.

No caso brasileiro, apesar dos avanços como a Lei Maria da Penha que prevê punição para agressores, a violência contra mulheres e meninas ainda é um problema de grande proporção. A violência contra elas não é inevitável. Ela está profundamente arraigada em valores que promovem a desigualdade entre homens e mulheres em todos os níveis da sociedade.

Porém, é preciso acreditar que é possível erradicá-la. Temos um longo caminho pela frente. Avançar na construção de uma base cada vez mais sólida de promoção e proteção dos direitos humanos de todas as mulheres e meninas, em suas

Diversidades, e fazer entender que se trata de um dever do Estado e não um dever de governos, é o nosso maior desafio. É também através da Comissão em Defesa dos Direitos da Mulher da Câmara dos Deputados que empreendemos iniciativas e conquistamos importantes vitórias para as meninas e mulheres do nosso Brasil.

Quem é Maria Helena?

A advogada Maria Helena Veronese Rodrigues está em seu terceiro mandato na Câmara dos Deputados. Gaúcha de Santo Ângelo e formada pela Universidade Federal de Santa Maria (RS), foi no estado de Roraima que ela desenvolveu sua carreira profissional e política. Maria Helena foi procuradora-geral do município da capital, Boa Vista; chefe do Serviço de Articulação dos Municípios do Governo do ex-Território; coordenadora de Cooperação Externa do Governo do ex-Território; secretária de Desenvolvimento Social da Prefeitura Municipal de Boa Vista; presidente da Empresa Municipal de Habitação e Urbanismo - EMHUR e coordenadora do PROCON Roraima.



Maria Helena afirma que ingressou na política por acreditar que é no Parlamento que se podem exercer as atividades que visam a busca do “bem-comum”, o bem de todos, transformar as realidades sociais, políticas e econômicas com as exigências das necessidades e dos anseios da sociedade.

Gênero nas escolas: por que debater?

Professora Dorinha

O debate sobre o gênero nas escolas é essencial para se cumprir direitos previstos na Constituição. Especificamente, os incisos III e X, do artigo 5º da nossa Carta Magna garantem a jovens estudantes que: ninguém será submetido à tortura ou a tratamento desumano ou degradante; e que são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas.

O papel do professor, por sua vez, não é somente atuar como uma máquina destinada a ensinar apenas português e matemática, por exemplo. Os valores que ele traz ao longo de sua carreira tendem a somar na formação do aluno. A necessidade de se debater o gênero vem para sanar o descumprimento de direitos básicos destes pequenos cidadãos.

A escola, além de ser um espaço de formação educacional, é também de formação de caráter. Ignorar este debate é abrir brechas para limitar o uso de certas expressões, por exemplo, “gênero alimentício”, pois terá quem diga que a palavra “gênero” deve ser banida de nosso vocabulário. Não podemos cair no extremo de que certos debates devam ser proibidos ou evitados. Vivemos numa sociedade democrática e somos todos diferentes uns dos outros. O respeito deve prevalecer.

O debate na Câmara dos Deputados acerca do Plano Nacional de Educação (PNE) retirou, embora muito discutido, a especificação de gênero no texto da lei. A decisão criou uma celeuma no país inteiro de que a questão não precisa ser debatida.

É preciso falar mais sobre a discriminação e a violência contra pessoas diferentes. Ninguém deve ser diminuído pelo fato de ser quem é. No período pós-escolar, mulheres são agredidas e mortas apenas por serem mulheres, homossexuais são assassinados por puro preconceito. E esta prática começa na escola. Estudantes agredem seus colegas por puro desconhecimento e, se não há o debate, não há a prática do respeito pelo diferente.

Caso continuemos furtando nossos jovens alunos dessa discussão, deste conhecimento, a incidência destes crimes e delitos não diminuirá. Precisamos definitivamente tratar nas escolas do debate sobre gênero, do preconceito, da violência contra a mulher e do machismo, tão vivo em nossa sociedade. Devemos lutar pelo respeito, igualdade e valorização do indivíduo.

Quem é Professora Dorinha?

A Deputada Professora Dorinha foi Secretária de Educação e Cultura do Tocantins por quase 10 anos, e promoveu uma revolução educacional e cultural no Estado, com projetos que se tornaram referência nacional. Criou o programa Escola Comunitária de Gestão Compartilhada, que revolucionou a relação escola/comunidade democratizando os recursos e dando autonomia de gestão às unidades de ensino, que foi copiado por diversos estados brasileiros.



Professora Dorinha colocou o Tocantins em destaque nacional quando ocupou a presidência do Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed) por dois mandatos.

Foi eleita deputada federal pelo Tocantins pela primeira vez em outubro de 2010. Em seu primeiro mandato, fez parte de diversas comissões, onde destacam as de Educação, Cultura e teve participação fundamental na votação do Plano Nacional de Educação com a aceitação dos 10% do Produto Interno Bruto (PIB) para a área. Professora Dorinha também garantiu no PNE a elaboração de legislação específica para compor uma base nacional comum da Educação Básica e a obrigatoriedade de lei para escolha de diretor escolar que garanta perfil técnico e participação da comunidade. A parlamentar também compôs as comissões especiais de reformulação do Ensino Médio e de Formação do Professor.

Reeleita deputada federal, Professora Dorinha continua trabalhando em defesa da bandeira da educação atuando em comissões importantes como a de Educação, Lei de Responsabilidade Educacional, Gratuidade do Ensino Público, Reforma do Ensino Médio. Atua também em outras áreas como Direitos Humanos, Defesa dos Direitos da Mulher, Seguridade Social e Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência. A deputada Professora Dorinha também é Coordenadora-adjunta da Secretaria da Mulher da Câmara dos Deputados.

Sufragistas Modernas

Raquel Muniz

Apesar de constituírem aproximadamente metade da população mundial, as mulheres ocupam muito menos da metade das cadeiras nos parlamentos. Com uma média geral de 22% de ocupação, em apenas 25% dos parlamentos elas representam mais de 30% dos membros. Em 2015, o Brasil ocupava, de um total de 189 países, o 115º lugar em presença de mulheres no Poder Legislativo, com menos de 10% de mulheres na Câmara dos Deputados. No Brasil, além de constituírem menor número, ocupam espaços limitados dentro do parlamento, com pouca presença em presidências de Comissões e na Mesa Diretora.

A delimitação muitas vezes advém da ideia e de estudos que apontam que as mulheres têm mais probabilidade de se envolver em política quando são motivadas por temas relacionados aos interesses de mulheres e crianças. Além disso, as candidatas e as eleitas costumam ser consideradas mais dignas de confiança do que os homens quando se trata de “temáticas de mulheres”, como saúde, meio-ambiente e ajudar os pobres. Estes se constituem em verdadeiros tetos-de-vidro políticos, limitando por vezes a participação das mulheres a temas considerados femininos, ou temas “de mulheres”.

É preciso mudar esta realidade. As mulheres devem ser respeitadas, na função da representação política, em todos os temas necessários e pertinentes ao Parlamento. Elas são eleitas como representantes do povo para todos os assuntos. Quando se delimitam eixos de atuação a uma parlamentar, fica em cheque a própria função constitucional da representante. Uma parlamentar pode e deve contribuir além dos papéis tradicionalmente atribuídos à mulher. Uma

mulher são várias em uma e, como tal, deve ter garantido o seu direito de colaborar em todas as estruturas políticas. Houve tempo em que a mulher não podia votar e, muito menos, ser parlamentar. Tempo em que as sufragistas foram às ruas por este direito. Em respeito à nossa função precípua de representar, precisamos ser sufragistas modernas e atuar para que a representação feminina na política seja proporcional à importância da mulher na sociedade atual.

Quem é Raquel Muniz?

Tânia Raquel de Queiroz Muniz é formada em Pedagogia e Medicina. Única representante do Norte de Minas na Câmara Federal, foi a deputada federal mulher mais votada em Minas, com quase 100 mil votos. Raquel é diretora de honra das Faculdades Unidas do Norte de Minas – Funorte, uma das maiores instituições de ensino de Minas, do Hospital Hilton Rocha, em BH, das Faculdades Kennedy e do Promove em BH. E também é membro da Associação Mineira de Medicina do Tráfego – AMMETRA.



Casada com Ruy Adriano Borges Muniz, prefeito de Montes Claros, e mãe de Gabriel, Thiago, Matheus e David e avó de Júlia, atualmente atua na Câmara Federal em diversas comissões como Educação, Saúde, Transposição do Rio São Francisco, dentre muitas outras, sendo a presidente da Frente Parlamentar para duplicação da BR 251, sempre trabalhando em defesa dos direitos do norte de Minas. Raquel foi condecorada com as Medalhas Maria da Cruz e Ivan José Lopes de Honra a Montes Claros.

Participação da Mulher na Política

Shéridan

Pensar no papel social desempenhado pelas mulheres (mais especificamente sob a ótica da política) é sempre um exercício interessante, principalmente quando levamos em consideração uma sociedade como a nossa, de herança patriarcal e machista ainda muito presente, em especial na política.

O empoderamento da mulher é uma expressão que vem se tornando cada vez mais usada no país e que, se transformada em ações concretas, pode mudar o lugar das brasileiras na sociedade.

Na política, ainda temos um espaço fechado entre os homens e a participação das mulheres é prova disso, seja como eleitoras (desde a década de 1930), seja como candidatas a cargos públicos. A representatividade feminina na política ainda é um desafio. Ocupamos o 156º lugar no ranking de participação feminina na política entre 188 países, conforme levantamento da União Interparlamentar.

Nesse importante momento em que se volta a discutir a reforma política, essa é uma questão crucial. A mulher tem muito a oferecer ao debate político: sua sensibilidade, a habilidade de comunicação, a maior capacidade de ouvir atentamente, a facilidade em perceber pistas não verbais, mediar conflitos, são fundamentais para debates e tomadas de decisões. Temos que construir um sistema político inclusivo e representativo dando mais espaços para as mulheres. Nossa participação política, porém, vai além do voto e de partidatismo, pode-se traduzir em cidadania, na construção de uma sociedade mais justa e solidária.

Quem é Shéridan?

Nascida em Boa Vista, no dia 11 de abril de 1984, mãe de Julia e Lara. Formada em Psicologia. Shéridan foi a mais bem votada deputada federal e entrou para a história política de Roraima.

Em março de 2008, assumiu a titularidade da Secretaria Extraordinária da Promoção Humana e Desenvolvimento, onde era responsável por desenvolver as ações sociais do governo de Roraima, tendo como meta a valorização e o respeito aos cidadãos.



Foi idealizadora de programas de grande alcance como o Crédito Social, Mutirões da Cidadania, Semana Estadual da Mulher, Encontro de Mulheres Rurais, Cuidar e a Rede Viva - com o Viva Criança, Viva Comunidade, Viva Melhor Idade e, ao sair do governo, deixou a última unidade em fase de construção, o Viva Juventude.

Precisamos de um Brasil com mais mulheres na política

Soraya Santos

A sub-representação das mulheres no Parlamento nacional é um fato que diminui e mancha as conquistas da democracia brasileira. Apesar das mulheres constituírem mais de 50% da população do País e, segundo o TSE, perfazerem cerca de 52% de todo o eleitorado brasileiro, a bancada feminina no Congresso Nacional não chega a representar 10% do Parlamento.

Trata-se de uma estatística que nos coloca na vergonhosa 155^a posição entre 187 países pesquisados pela União Interparlamentar num trabalho sobre a presença de mulheres em parlamentos nacionais.

A experiência das duas últimas décadas tem demonstrado que as cotas aprovadas não funcionam porque as cotas para as mulheres concorrerem se mostraram ineficazes. Muitos partidos incluíram mulheres apenas para cumprir a cota, sem investir de fato em suas candidaturas.

Por esse motivo que defendo a substituição do modelo de cotas de sexo. Na Proposta de Emenda à Constituição nº 134, de 2015, em que tive a honra de ser relatora e que foi aprovada por unanimidade na Comissão Especial, propomos a reserva de cadeiras objetivas para cada sexo na Câmara dos Deputados, nas Assembleias Legislativas e na Câmara Legislativa do Distrito Federal e nas Câmaras de Vereadores, nas três legislaturas subseqüentes à promulgação, sendo 10% na primeira legislatura, 12%, na segunda e 16%, na terceira respectivamente.

Quem é Soraya?

Soraya Santos é macaense. Foi professora de inglês e de alfabetização, formou-se em Direito na Universidade Federal Fluminense. Advogada, atuou nas áreas do direito de família, trabalhista e cível. Em 2000, saiu candidata à prefeita de Niterói primeira mulher a disputar o cargo máximo da cidade. Coordenou o Centro Nacional de Cidadania Negra (CENEG), no Rio de Janeiro. Em 2005, assumiu o Instituto de Pesos e Medidas do Estado do Rio de Janeiro (IPEM), foi a primeira mulher a ocupar a presidência regional do órgão operacional do INMETRO.





Coletânea de artigos das
suplentes da CMulher



Lugar de mulher é na política

Benedita da Silva

A violência contra a mulher no Brasil, seja ela física, sexual ou psicológica, tem ramificação em uma construção social que reflete a desigualdade de forças nas relações de poder entre homens e mulheres e gera a sua reprodução em todas as esferas da nossa sociedade.

Não por acaso, o Brasil ocupa a 5ª posição no ranking mundial de homicídios de mulheres. Entre 2003 e 2013, o número de mulheres assassinadas aumentou 21%, passando de 3.937 para 4.762, o que representa, atualmente, 13 homicídios por dia, cuja maioria das vítimas tinha entre 18 e 30 anos de idade.

Esses números vão além e mostram ainda uma questão específica em relação à violência contra a mulher negra brasileira, já que, nesse mesmo período, o assassinato de mulheres negras cresceu 54% em contraste com o assassinato de mulheres brancas, que, felizmente, diminuiu cerca de 10%.

Os números acima, mais uma vez, escancaram a violência contra a mulher. Mas o que devemos fazer para eliminar essa violência de nossas vidas e conquistarmos os nossos direitos, com foco na igualdade de direitos, livres de padrões opressores e consolidação da emancipação feminina?

Sei que as frentes de luta são inúmeras, mas destaco a política como importante espaço para debater, elaborar, votar e aprovar projetos que possam proteger as mulheres contra discriminação e violência e que apontem para a paz, a equidade, o respeito e a liberdade.

Atualmente, a baixa participação das mulheres na política brasileira (ocupam apenas 10% das cadeiras no Congresso Nacional) acaba dificultando esse avanço, pois, sem a devida ocupação desses espaços, não é possível (ou dificulta muito) consolidar, juntos aos órgãos institucionais e públicos, ideias, ações e propostas que nos ajudem a avançar.

O caminho é árduo, sempre foi, mas precisamos continuar caminhando e, de preferência, na companhia de mais e mais mulheres.

Quem é Benedita?

“Negra, Mulher e Favelada”, foi assim que Benedita da Silva desceu o morro do Chapéu Mangueira, no Rio de Janeiro, em 1982 e foi eleita vereadora pelo PT e a primeira parlamentar negra da Câmara dos Vereadores. Quatro anos depois deu um salto em sua ascensão eleitoral, sendo eleita deputada federal constituinte.



Na Assembleia Constituinte teve destacada atuação lutando para inserir emendas ao texto constitucional sobre inafiançabilidade de crimes raciais, licença de 120 dias à gestante, direito das presidiárias de amamentar seus filhos, direitos das trabalhadoras domésticas, titulação das terras de quilombos, entre outras proposições.

Reelegeu-se deputada federal em 1990 e em 1994 foi eleita Senadora, tornando-se então a primeira senadora negra do Brasil.

Eleita vice-governadora do Rio de Janeiro em 1998, assumiu o governo do estado em 2002 para completar o mandato de Garotinho. Tornava-se assim a primeira mulher negra a governar um estado brasileiro.

Em 2003, com a eleição do presidente Lula, Benedita assumiu o Ministério do Desenvolvimento Social. No primeiro mandato do governador Sérgio Cabral, foi Secretária de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos.

Em 2011 Benedita retorna à Câmara dos Deputados e trabalha com os temas que sempre defendeu em sua longa trajetória de luta como seguridade social, direitos da mulher, combate ao racismo, direitos humanos e também relações exteriores, em especial com questões ligadas ao Mercosul.

Em 2014, se reelege para continuar o importante trabalho de lutas e conquistas na Câmara dos Deputados.

A experiência convence

Creuza Pereira

Nasci em Salgueiro, semiárido do sertão de Pernambuco, filha de pais pobres e de pouca instrução, mas muito atentos a educação dos filhos.

Estudei no colégio Maria Auxiliadora em Petrolina-PE, onde sonhava em ser professora de zona rural, o que realmente aconteceu, pois com muita paixão vivi 4 anos no distrito de Umãs em Salgueiro, transformando a escola típica rural num centro da comunidade. Vindo para a cidade, atuei na Escola de Aplicação da Escola Normal Regional, e em mais duas escolas.

Em 1992, fui desafiada a disputar uma eleição para o cargo de prefeita. O quadro político da época era de muito conservadorismo e estava se rompendo uma oligarquia de mais de 100 anos. Perguntado a uma mulher o que ela achava de Salgueiro ser governado por uma mulher, ela respondeu “eu não dou conta nem da minha casa, imagina de um município”. Foi aí que reuni um grupo de mulheres das mais diversas atividades, contei o fato e provoqueei-as a contar suas histórias de poder nas famílias. E cada uma expressou o que sabia fazer e o que realizava para manter a família, e isto se foi transformando na afirmação de que uma mulher também poderia governar o município.

Vencida a eleição, procurei trabalhar na organização da comunidade, usando o lema organização e participação. Oriunda das CEBs e como Prefeita abracei a luta pela justiça e contra a impunidade, procurando estabelecer um programa de combate à mortalidade e à desnutrição infantil, bem como a modificação do modelo escolar.

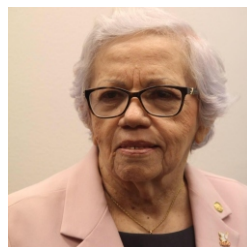
Terminado o primeiro mandato, tido como bem-sucedido, voltei a minha luta de participação nos grupos que discutiam a política local e nacional. Em 2000, fui novamente convocada a entrar no pleito para a prefeitura do município.

Venci mais uma vez a eleição e aí, já com maior clareza, formei uma equipe em que as mulheres tiveram metade das pastas do governo. Com o advento da reeleição, estava no terceiro mandato. Enquanto Prefeita, incentivamos a participação das mulheres na política através da Coordenadoria Municipal da Mulher, organizamos as associações de moradores, de sítios, de vilas e bairros, e as atividades culturais e esportivas contribuíram para dar uma cara nova ao município. Para reconhecer anualmente o trabalho feito pela promoção da mulher, instituí a medalha Lucila Angelim.

Hoje tendo assumido uma cadeira de Suplente de Deputada Federal milito nas Comissões dos Direitos da Mulher, do Idoso e de Educação. Sobretudo, hoje com 80 anos, ainda me anima o desejo de que mulheres decidam participar cada vez mais da vida pública, para apressar o advento da igualdade tão desejada dos gêneros na sociedade.

Quem é Creuza Pereira?

Cleusa Pereira do Nascimento (Salgueiro, 10 de julho de 1936), popularmente conhecida como Dona Creuza é professora e política brasileira, ex-prefeita de Salgueiro, atualmente deputada federal pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB) - PE.



Não, é não!

Erika Kokay

O estupro é um crime que acontece a cada 11 minutos no Brasil. Enquanto somente 50 mil casos de estupro são notificados ao ano, as estimativas apontam meio milhão/ano de estupros no Brasil.

Não é possível enfrentar esse quadro alarmante sem o reconhecimento da existência de uma cultura do estupro no Brasil e no mundo, construída e tecida todos os dias. Ou seja, é fundamental considerar que o estupro representa um caldo de normas, de cultura, de valores, de discursos e de práticas que são transmitidas, internalizadas, naturalizadas e legitimadas em determinados tipos de comportamentos.

Infelizmente as vítimas de estupro se calam, porque não querem sofrer um processo cruel e desumano de revitimização. Nossa cultura machista e sexista, inclusive, nas instituições, acaba por transformar a vítima em culpada pela própria violência que a acometeu. A primeira delas é a negação do corpo e da humanidade. A segunda negação é a da voz, é o silenciamento. A terceira é a culpabilização, ao afirmar que a vítima estava no lugar errado, com a roupa errada, na hora errada.

Costumo dizer que toda violência é resultado de um processo de desumanização simbólica. É exatamente isso que acontece com as mulheres, quando são esvaziadas de si mesmas, de sua autonomia e liberdade, para se transformar em objeto do desejo sexual do outro.

No recorte das vítimas, vemos que 88,5% são do sexo feminino e mais da metade são crianças com menos de 13 anos de idade.

Já em relação aos agressores, os dados indicam que a maioria dos estupros são praticados por pessoas conhecidas das próprias vítimas. Nesse caso, o estuprador, fruto dessa sociedade machista e sexista, não é o monstro sedento por sexo apartado da sociedade. Ele é a própria sociedade.

Romper com a impunidade é importante, mas centrar esforços apenas em medidas policiais e repressoras por si só não dão conta da complexidade do problema. Por isso, tenho defendido que é preciso construir neste País um plano multisetorializado de enfrentamento à violência sexual voltada fundamentalmente às pessoas do gênero feminino.

Afirmar que a culpa nunca é da vítima, é um primeiro passo para superar a cultura patriarcal, machista e misógina que violenta as mulheres, as subalterniza, nega a sua voz, seus desejos e o direito que têm sobre o seu próprio corpo. Por fim, nunca é demais reafirmar que não, é não! E somente um sim, significa sim.

Quem é Erika Kokay?

Natural de Fortaleza, Ceará, Erika Jucá Kokay tem mais de 39 anos de militância política, em defesa dos direitos dos trabalhadores, dos direitos humanos e dos direitos das parcelas mais vulnerabilizadas e minorizadas da população brasileira. Sua atuação legislativa tem sido desenvolvida ao longo de quatro mandatos parlamentares pelo Partido dos Trabalhadores do Distrito Federal – foram dois mandatos como deputada distrital e agora Erika está no segundo mandato como deputada federal.



O empoderamento das mulheres e a democracia

Luizianne Lins

A única maneira de alcançarmos o ideal de uma sociedade mais justa e igualitária é com a superação do machismo e do patriarcado que oprime e violenta as mulheres. Sem igualdade de gênero, não há sociedade justa; não há democracia.

O machismo e a misoginia matam e criam estereótipos de gênero que demarcam não apenas a divisão sexual do trabalho, mas rotulam seres humanos, reprimem pessoas e instituem hierarquicamente os papéis masculino e feminino. Segundo dados do IBGE, em 2014, a jornada de trabalho das mulheres superava a dos homens em cinco horas diárias, sendo que, nos domicílios, elas dedicam o dobro de horas trabalhadas por eles. Por outro lado, a representação das mulheres no Parlamento brasileiro não ultrapassa 10% na Câmara dos Deputados, e 15% no Senado Federal, o que coloca o Brasil da 155ª posição no ranking mundial.

Os números são reveladores de uma cultura excludente, que insiste em responsabilizar as mulheres pelas tarefas de cuidado e reprodução da vida e alijá-las dos espaços de decisão. Na medida que conseguem furar o cerco e ocupar espaços políticos, sofrem agressões; são inferiorizadas e expostas na sua intimidade.

Atualmente, tramita no Congresso Nacional uma PEC que visa estabelecer cotas progressivas para a ocupação de vagas no parlamento, com o objetivo de aumentar a representatividade das mulheres. De acordo com a emenda, nas três legislaturas subsequentes à sua promulgação, o Parlamento deverá elevar progressivamente a participação das mulheres a taxas de, no

mínimo, 10, 12 e 16%. Em março, a bancada feminina lançou a campanha “Mais Mulheres na Política”, também com o objetivo de promover a participação política das mulheres.

O empoderamento das mulheres encerra o potencial de ampliar essa representatividade e qualifica-la, para que nossa presença nos espaços de poder e decisão promova de fato a igualdade de gênero, num contexto de defesa dos direitos humanos e construção de uma democracia substantiva.

Quem é Luizianne?

Luizianne Lins nasceu em Fortaleza, é jornalista, professora da Universidade Federal do Ceará, foi vereadora de Fortaleza por dois mandatos onde relatou a CPI do Turismo Sexual, deputada estadual do Ceará, presidiu a Comissão de Direitos Humanos, prefeita de Fortaleza por dois mandatos e atualmente deputada federal.



Relatora da Comissão Mista de Combate à Violência Contra Mulher do Congresso Nacional, presidente da Frente Parlamentar Mista em Defesa das Políticas Públicas de Juventude e membro das Comissões de Defesa dos Direitos da Mulher; Cultura; Desenvolvimento Urbano; Turismo; e Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

O empoderamento da mulher com deficiência

Rosinha da Adefal

A mulher com deficiência é duplamente vulnerável e discriminada. Primeiramente, por enfrentar as desigualdades sociais, econômicas e políticas; a diferenciação de papéis entre os sexos, e a cultura do estupro que toda mulher enfrenta.

Em segundo lugar, pela deficiência, enfrenta a excessiva medicalização, ou seja, a visão da sociedade de que sua condição é uma doença que a impossibilita de trabalhar e se manter sozinha. Via de regra, trabalha em ocupações menos qualificadas e recebe menos do que homens com deficiência e que mulheres sem deficiência. E pior, muitas vezes, depende do auxílio e do cuidado de seus agressores, e por enfrentar dificuldades físicas, de acessibilidade, financeiras ou até de comunicação, não realiza denúncia.

Ao mesmo tempo que queremos construir um espaço de maior proteção a essas mulheres, coibindo abusos, facilitando denúncias e punindo agressores; desejamos construir a consciência coletiva de que a mulher com deficiência pode mais. Oferecer oportunidades econômicas, profissionais, culturais e políticas.

“Inclusão” é a palavra-chave. Incluir este grupo de forma que aumentem as oportunidades de trabalho, as possibilidades de locomoção, a autonomia. De forma que as políticas públicas ofereçam segurança; e o governo, educação e informação. Temos de incluir a mulher com deficiência nas lutas dos grupos feministas, garantindo conquistas e defesas, dando fim à dissociação que é feita da figura da mulher com deficiência e sua feminilidade.

Precisamos combater a invisibilidade social vivida pelas mulheres com deficiência. Somos 25 milhões de brasileiras, precisamos e merecemos representatividade. Precisamos nos empoderar. Unir forças para eleger, inserir, e dar voz às mulheres com deficiência.

Quem é Rosinha?

Hoje, em sua segunda Legislatura na Câmara Federal, a deputada Rosinha da Adefal tem como bandeira de atuação a defesa dos direitos das pessoas com deficiência e da mulher.



Rosinha da Adefal teve poliomielite aos dois anos de idade. Cadeirante, ela iniciou nos movimentos de inclusão social da Pessoa com Deficiência por meio da Associação de Deficientes Físicos de Alagoas (Adefal).

Inicialmente buscou a Adefal para reabilitação e inclusão social. E foi no paradesporto que Rosinha conseguiu autonomia e independência. Foi atleta de alto rendimento na natação por mais de 15 anos, participando, pela Adefal, de campeonatos estaduais e nacionais, conquistando diversos títulos importantes.

Rosinha iniciou a luta em defesa dos direitos da Pessoa com Deficiência ainda na adolescência. Em 1991, ingressou na Diretoria da ADEFAL, entidade que presidiu entre 2007 e 2009. A parlamentar também foi coordenadora da Organização Nacional de Entidades de Deficientes Físicos (ONEDEF), entre 2004 e 2010, presidente entre 2011 e 2014, e membro no Conselho Nacional de Defesa dos Direitos da

Pessoa com Deficiência (CONADE), entre 2004 e 2008.

Nos dois últimos anos estive à Frente da Secretaria de Estado da Mulher, Cidadania e dos Direitos Humanos de Alagoas. E, entre junho e outubro de 2016, ocupou o cargo de Secretária especial dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Ministério da Justiça.

A banalização do mal segunda parte!

Tia Eron

Meses atrás, vimos atônitas a verbalização na internet do estupro coletivo em que foi vítima uma adolescente. Praticado por um grupo de monstros travestidos de homens, os mesmos postaram vídeos nas redes sociais comemorando em júbilo o crime cometido contra a garota, numa comunidade de Praça Seca, zona oeste do Rio de Janeiro.

A indignação tomou conta de muitos, mas não de todos. Alguns homens(?), como acídias, que possuídos pela tristeza e pelo desprezo ao bem espiritual, se nutrem da acidez e a queimadura do interior da alma recusa os bens do espírito e pugnam pelo mal, foram às redes sociais defenderem os estupradores, para os quais a culpa foi da vítima. É a banalidade do mal, segunda parte!

Banalidade que se pode, também, chamar de “naturalização do mal”, porque tem como natural que as mulheres sejam coisificadas e desumanizadas em sua dignidade. Se em “A Banalidade do Mal”, narrada por Hannah Arendt, as vítimas foram os judeus, agora são as mulheres. Violentadas nas praças, nas ruas ou em qualquer lugar que convenha ao (s) macho (s) alfa (s).

A violência sofrida por aquela jovem não foi um ato apenas contra aquela ela, mas também contra todas as mulheres. O crime mostra que é preciso pôr fim a cultura machista que faz prevalecer o sentimento da naturalização da violência e da culpabilização da vítima. Acreditamos que um mundo de liberdades e oportunidades é possível. Como também é possível um mundo em que a mulher, na condição de gente,

tenha seus direitos assegurados, dentre os quais o respeito a dignidade da pessoa humana seja a pedra angular e o imperativo ético em todas as relações.

Quem é Tia Eron?

Tia Eron é professora e deputada federal pelo PRB/BA. Eleita vereadora por quatro mandatos (2001–2014), foi a mulher mais bem votada em todos os pleitos que concorreu. Foi ainda uma das primeiras vereadoras negras eleitas para a Câmara Municipal de Salvador.



Ficha técnica

Designer de capa:
Freepik

Fotografia:

Banco de imagens da Câmara dos Deputados
Arquivo pessoal.

Organização e Diagramação:

Niege Neves (DRT-BA 3049)

Revisão:

Marília Queiróz e Marcelle Cavalcanti

**Comissão de
Defesa dos Direitos
da Mulher**



Praça dos Três Poderes, Anexo II, Pav. Superior, Ala A, Sala
188 - CEP: 70160-900 - Brasília/DF
Email: cmulher.decom@camara.leg.br
Fone: (61) 3216-6960